



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas

Públicas – FACE

Departamento de Economia

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E A ACESITA

Laís Souza Silva

Brasília

2019



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas

Públicas – FACE

Departamento de Economia

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E A ACESITA

Laís Souza Silva

Orientadora: Deborah Oliveira Martins dos Reis

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Brasília

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

Laís Souza Silva

O Processo de Industrialização do Brasil e a Acesita

Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Bacharel em Economia pelo Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

Brasília - DF, 2 de Setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Deborah Oliveira Martins dos Reis
Departamento de Economia – UnB
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Pereira Zoghbi
Departamento de Economia - UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que com sua maravilhosa graça, me deu forças para chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, pelo suporte e incentivo. Ao meu irmão, obrigada por cada palavra de conforto e por estar sempre ao meu lado, mesmo que fisicamente distante.

Agradeço aos amigos que me motivaram ao longo da trajetória. Em especial, à família Nunes, que me acolheu em Brasília com todo carinho.

Agradeço também à Fundação Aperam pela disponibilização do material necessário para a realização do trabalho.

A minha orientadora Prof.^a Deborah Reis, pelo auxílio e paciência nos últimos meses.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de criação da empresa Aços Especiais Itabira Ltda (Acesita) e seu desempenho produtivo ao longo dos anos. Para isso, foram elaborados os capítulos anteriores, que apresentaram as teorias a respeito do processo de industrialização do Brasil, sobretudo descrevendo o processo histórico da consolidação do setor siderúrgico. No início do século XX a produção manufatureira era quase inexistente e o processo de industrialização se inicia a partir de 1930, e a siderurgia foi essencial para impulsionar o desenvolvimento industrial do país.

Palavras-Chave: Siderurgia, industrialização, desenvolvimento econômico, Acesita, Timóteo, Vale do Aço

ABSTRACT

This paper aims to analyze the process of creation of the company Aços Especiais Itabira Ltda (Acesita) and its productive performance over the years. For this, the previous chapters were elaborated, which presented the theories about the industrialization process in Brazil, especially describing the historical process of the consolidation of the steel industry. In the early 20th century, manufacturing production was almost non-existent and the process of industrialization began in 1930, and the steel industry was essential to boost the industrial development of the country.

Keywords: Steel industry, Industrialization, Economic development, Acesita, Timóteo, Vale do Aço

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de ferro e aço no Brasil (1899-1939), em toneladas	25
Tabela 2 - Valor da Transformação Industrial (1939-185), em milhares de cruzeiros correntes	29
Tabela 3 - Siderurgia brasileira (1990-20011), em mil toneladas	31
Tabela 4 - Evolução da siderurgia brasileira (1990-2001)	31
Tabela 5 - Indicadores financeiros	37
Tabela 6 - Redução do quadro de pessoal em siderúrgicas privatizadas	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO E SUAS CONTROVÉRSIAS	11
1.1 Antecedentes	11
1.2 Teoria dos Choques Adversos	12
1.3 Expansão das Exportações	15
1.4 Capitalismo Tardio	17
1.5 Políticas Governamentais	19
1.6 Ponto de vista teórico	20
2. O DESENVOLVIMENTO DA SIDERURGIA NO BRASIL	21
2.1 Um panorama geral da indústria siderúrgica	21
2.2 O início da produção de aço no Brasil	22
2.3 Começo da expansão da indústria siderúrgica	24
2.4 Aumento do investimento na Era Vargas	26
2.5 Período pós-guerra e privatizações	28
3. O CASO ACESITA	32
3.1 O processo de implantação	32
3.2 Expansão	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

A indústria siderúrgica tem um papel importante na economia do Brasil, considerando que constitui grande parcela do PIB nacional. Por esse motivo, o presente trabalho busca descrever o processo de desenvolvimento da siderurgia no país, tendo como objetivo principal apresentar a história da empresa Aços Especiais Itabira Ltda, Acesita (atual Aperam South America), e avaliar seu desenvolvimento e impacto na sociedade.

A história da indústria siderúrgica tem um fator marcante no início do século XIX, quando o aço utilizado em diversos tipos de equipamentos era o aço comum, nada mais que uma liga de ferro com carbono. Nesse tipo de ferro, o contato com o ar inicia o processo de oxidação de sua superfície, o que acarretava num baixo tempo de vida. Para que aumente sua durabilidade, são necessários diversos cuidados especiais para bloquear esse contato direto com o ar, tais como pintura e galvanização.

Sendo assim, devido ao seu alto custo de manutenção, a indústria armamentista impulsionou o desenvolvimento de um material alternativo que fosse mais duradouro, para reduzir os custos na produção. Apenas em 1913, o pesquisador inglês Harry Brearley conseguiu aprimorá-lo ao acrescentar cromo em sua composição (aproximadamente 12%), denominando-o de Stainless Steel (Aço Inoxidável). São diversas as suas possibilidades de composição, que variam de acordo com a necessidade do usuário, visto que o material é bastante versátil.

Nesse novo tipo de aço, o cromo age como uma camada passiva que permeia toda a superfície do aço. Com isso, é como se essa camada funcionasse como uma película protetora contra a ação de agentes externos, o que prolonga sua durabilidade. Além de resistente, o aço inoxidável é fácil de limpar e possui um baixo custo de manutenção.

Outro fator marcante era o cenário industrial brasileiro. No século XX, enquanto o restante do mundo já havia desenvolvido algum tipo de produção industrial, a economia brasileira era exclusivamente fundamentada na exportação de produtos agropecuários. Como um país agroexportador, tendo o café como seu principal produto, as políticas eram regulamentadas com o intuito de promover o desenvolvimento da cafeicultura, tanto pela importância desse produto na balança comercial quanto para manter o apoio político desse setor. Ademais, os

investimentos da economia eram todos redirecionados para o Vale da Paraíba (maior polo produtor de café na época), tardando o desenvolvimento da indústria nacional.

Essa falta de produção interna ocasionou a dependência do mercado externo para o suprimento de bens manufaturados. Além de ser limitada de acordo com a arrecadação pelas vendas dos produtos primários, a importação dos manufaturados também dependia da quantidade ofertada mundialmente, o que começou a ser problemático em 1914, com o início da Primeira Guerra. Já durante o período de guerra, as trocas comerciais entre diversos países começaram a se deteriorar. Os países agroexportadores perderam grande parcela dos seus volumes de vendas, assim como a redução da produção industrial dificultou as importações. A desvalorização dos insumos agrícolas já havia gerado o início de uma recessão econômica no Brasil, que foi agravada com a crise mundial de 1929.

Considerando estes aspectos, o primeiro capítulo da monografia apresenta o cenário em que se inicia o processo de industrialização. Aborda as teorias para o desenvolvimento desse processo no país, pois como a industrialização brasileira é um assunto bastante controverso, algumas das principais teorias devem ser debatidas a fim de elucidar a questão.

O segundo capítulo destaca então, em linhas gerais, o surgimento da siderurgia no Brasil. É traçado o perfil histórico do setor no Brasil ao introduzir uma perspectiva com enfoque teórico a respeito do tema, permitindo esclarecer os fatores regionais que influenciaram na dinâmica do processo. Preliminarmente, ocorreu a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda/RJ, seguido de estatais mineiras como a mineradora Companhia Vale do Rio Doce e a Acesita.

Já no período colonial, a metalurgia estava presente em Minas Gerais com as pequenas oficinas destinadas à subsistência, visto que apenas forneciam os utensílios para a mineração do ouro. Esse tipo de produção local continuou ao longo do século XIX, juntamente com tentativas de investimentos em siderúrgicas com maior porte, porém não obtiveram sucesso com nenhuma delas.

Para concluir, o terceiro capítulo busca fazer um estudo de caso de uma das siderúrgicas historicamente relevantes neste processo. Hoje, denominada Aperam, a antiga Acesita foi inaugurada como a única fabricante de inox da América Latina,

título que carrega até hoje. O capítulo analisa a criação da empresa e sua evolução, constatando que suas mudanças estruturais ao longo dos anos também afetaram de forma positiva o desenvolvimento da região em que se encontra instalada.

Como explicitado acima, a siderurgia possui um grande papel no desenvolvimento da indústria nacional. Além de ser pioneira no período de industrialização, ainda possui grande peso na produção interna, já que a indústria no Brasil ainda não sofreu uma diversificação significativa. A metodologia utilizada será majoritariamente com base em análise quali-quantitativa de dados, além do embasamento teórico encontrado na literatura dedicada ao assunto.

1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO E SUAS CONTROVÉRSIAS

A industrialização brasileira é um assunto bastante controverso, visto que existem diferentes teorias que abordam a forma como ela ocorreu. A ideia de que o Brasil se industrializou após choques adversos, como a Crise de 1929, por meio do estrangulamento externo é a mais conhecida, mas há outros importantes autores que discordam de tal.

Existem basicamente três grandes vertentes com relação à origem do desenvolvimento industrial no país para além da Teoria dos Choques Adversos, sendo elas: Expansão das Exportações; Capitalismo Tardio; Políticas Públicas. É necessário primeiro conhecer os fatos históricos antecedentes a este período para compreender o desenvolvimento desse processo no Brasil.

1.1 Antecedentes

Durante todo o período de colonização, o Brasil foi economicamente explorado conforme os interesses de Portugal, que iniciou com a exploração do Pau-Brasil e expandiu para outros recursos como o algodão e a cana de açúcar. Mas, essa característica econômica não era exclusividade das colônias portuguesas e sim de toda a América Latina. Na divisão internacional do trabalho, as economias periféricas sempre foram moldadas para suprir as necessidades dos grandes centros.

Dentre todas as atividades, a que mais ganhou destaque nos séculos XVIII e XIX foi a cafeicultura. Originalmente, o monopólio do mercado do café pertencia aos árabes, que detinham a produção e a comercialização do produto, porém, este cenário começou a ser alterado com o destaque da produção brasileira, que se inicia no Vale do Paraíba.

Quando o Brasil se tornou independente da colonização de Portugal, a estrutura produtiva da época de colonização não sofreu mudanças significativas. Se antes a produção era baseada na exploração de metais preciosos e produtos agrícolas porque assim era determinado, o país permaneceu fornecendo insumos agrícolas e matéria prima para os demais países industrializados.

Segundo Furtado (1963), o Rio de Janeiro e São Paulo eram os locais com maior fluxo comercial, levando em consideração que o Vale do Paraíba já possuía infraestrutura adequada para o transporte e escoamento da colheita. Ainda, com o

investimento direcionado para a região, a área teve um maior desenvolvimento. Fez-se então necessário a construção de estradas de ferro para escoar a produção, gerando uma maior integração e aumento da velocidade do transporte.

Entretanto, logo a cultura do café no Vale do Paraíba começou a estagnar devido ao desgaste do solo, ocasionando a migração da cafeicultura para o oeste de São Paulo, onde cresceu de forma extraordinária. O lucro obtido era direcionado para políticas de sustentação e manutenção desta estrutura que fora criada em função do setor, propiciando desenvolvimento na região.

O café foi, dessa forma, um dos principais esteios da sociedade brasileira do século XIX e início do XX. Garantiu o acúmulo de capitais para a urbanização de algumas localidades do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e cidades do interior paulista, além de prover inicialmente os capitais necessários ao processo de industrialização do país e criar as condições para o desenvolvimento do sistema bancário.

A retomada histórica sobre os antecedentes da industrialização facilita a compreensão das teorias que abordam sobre a origem desse processo. As teorias apresentadas nos tópicos seguintes estão intimamente relacionadas com os fatos anteriores que regeram o mercado brasileiro no período.

1.2 Teoria dos Choques Adversos

Uma das teorias citadas nos estudos de economia brasileira sobre a industrialização nacional é nomeada como Teoria dos Choques Adversos. A teoria possui duas vertentes: a defendida pela CEPAL, e a que é defendida por Furtado (1963) e Tavares (1972). Basicamente, a diferença entre as duas vertentes é que a abordagem de Furtado e Tavares interliga o setor exportador à industrialização, enquanto a doutrina da CEPAL trata como antagonismo.

Um choque adverso que ocorre devido a crises no setor exportador, guerras ou crises econômicas internacionais afeta o setor externo da economia aumentando os preços relativos das importações ou impondo obstáculos ou limitações ao comércio entre os países. Por isso, a procura interna sustentada pela importação de bens desloca-se para atividades substitutivas de importação, o que gera oportunidade para o desenvolvimento industrial.

A ocorrência de um choque adverso (crises no setor exportador, guerras, crises, econômicas internacionais) afetando o setor externo da economia aumenta os preços relativos das importações e/ou impõe dificuldades à

importação. Em consequência, a procura interna, sustentada por políticas econômicas expansionistas, desloca-se para as atividades internas substituidoras de importação. (Suzigan, 1986, p. 23)

O fundamento da doutrina cepalina é a Divisão Internacional do Trabalho¹ e o padrão de crescimento adotado pelos países subdesenvolvidos. Para a CEPAL, o processo de industrialização pode ser observado na América Latina após a Primeira Guerra Mundial. Devido aos contratempos gerados, os países passam a enfrentar dificuldades para efetuar suas trocas comerciais, e a capacidade de importação dos países periféricos cai².

No Brasil, assim como em outros países periféricos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)³, a renda interna era oriunda principalmente da especialização na geração de produtos primários com a finalidade de exportá-los aos países do centro. Como a demanda externa era o estímulo da economia interna, as decisões sobre a economia dos países eram realizadas pelos países industrializados.

Dessa forma, percebe-se que durante o período em que o Brasil era habituado a exportar produtos exclusivamente primários, as decisões favoreciam principalmente os países do centro. Era improvável que a economia latina, em geral, fosse estimulada para o desenvolvimento industrial, por isso, dependiam então de estímulos externos. Em suma, a indústria nacional brasileira só iniciaria sua produção após algum desequilíbrio causado por choques adversos.

Em seguida, com a dificuldade de exportação gerada pelos choques, houve uma necessidade de adaptação da economia: à medida que se adaptava aos desequilíbrios, seu motor deixa de ser a demanda externa e passa a ser o investimento industrial interno. Com isso, o modelo de crescimento deixa de ser voltado para o setor externo, agregando substancialmente não apenas à economia,

¹ Países industrializados são considerados o centro e fornecem produtos manufaturados para os subdesenvolvidos (periféricos), que são especializados em produtos primários e exportam para o centro. Desta forma, o crescimento dos países periféricos é determinado pelas exportações, sendo caracterizadas como economias altamente dependentes.

² Comumente, a renda de um país periférico é majoritariamente proveniente do setor exportador de produtos primários e a Primeira Guerra afeta a economia em escala mundial. Com isso, a demanda externa do café (principal produto do Brasil) cai, assim como o preço. Além de reduzir o poder de importação com a queda nas divisas e conseqüentemente a taxa de câmbio, a oferta de produtos no mercado também se contrai.

³ Fundada para contribuir com desenvolvimento econômico da América Latina, posteriormente se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. Baseada no molde de comércio entre os países do centro e os da periferia, também tem como função estruturar as ações para reforçar as relações econômicas entre os países.

mas também ao social. Essa mudança política e social só ocorre porque o centro das decisões passa a pertencer aos próprios periféricos.

Em contraponto, Furtado (2005) e Tavares (1972) apontam a Grande Depressão de 1929 como o principal choque enfrentado mundialmente e afirmam que a expansão da indústria ocorreu não apenas após os períodos de choques, mas foi um evento que teve início prévio.

Logo, esses autores distinguem o tipo de desenvolvimento industrial que ocorreu durante o Ciclo do Café do ocorrido após a década de 30. Tratam o primeiro período como consequência do aumento da renda interna, enquanto o segundo seria a industrialização por substituição de importações acarretada pelos principais choques (crise do café e Grande Depressão), e que apesar de diferentes, são interdependentes⁴.

A principal mudança estrutural causada pelos choques da década de 30 foi a diminuição da importância do setor exportador na renda interna pela redução das importações como resultado da industrialização substitutiva de importações (ISI). Portanto, é essa industrialização substitutiva que Furtado e Tavares determinam como resposta a um choque adverso. (Suzigan, 1986)

Entretanto, à medida que os bens de consumo eram fabricados, com a falta de maquinário adequado, a necessidade de importar bens com tecnologia superior permanecia, de maneira que a economia “torna-se gradativamente menos dependente do exterior e muda a natureza de sua dependência” (Tavares, 1977). A continuidade do processo de substituição de importações era limitada pela capacidade para importar, e Tavares aponta isto como sua contradição interna.

À medida que o processo avança através de sucessivas respostas à "barreira externa", vai se tomando cada vez mais difícil e custoso prosseguir, não só por razões de ordem interna (dimensão de mercado, tecnologia, etc.) como porque, dada as limitações da capacidade para importar, a pauta de importações tende a tornar-se extremamente rígida, antes que o processo de desenvolvimento ganhe suficiente autonomia pelo lado da diversificação da estrutura produtiva (Tavares, 1963, p. 43).

A expansão dessas indústrias não era suficiente para manter a capacidade produtiva crescendo à frente da demanda final. Para solucionar o problema de

⁴ Parte do lucro arrecadado com a comercialização do café (e outros produtos primários) era investido em capital industrial, mesmo que não fosse tão rentável quanto a economia cafeeira. Ademais, também viabilizou a produção ao aumentar o mercado consumidor interno. O capital industrial era considerado uma extensão do setor exportador porque ele era limitado pela cafeicultura ao depender do seu desempenho para crescer. A independência só seria alcançada quando conseguisse criar sua própria demanda e estabelecer indústrias de bens intermediários e capital. (Suzigan, 1986)

limitação das importações, um novo ciclo de substituições se inicia, e processo de substituição de importações se baseia na constante superação desses desafios.

Outro problema a ser considerado, é a insuficiência do mercado consumidor, sabendo que o aumento da produtividade com a instalação de novas indústrias, resultou em menor absorção de mão-de-obra. O problema da demanda se agravaria na medida em que se esgotasse o processo de substituição de importações.

Segundo Tavares (1972), o Estado seria o único capaz de estimular a economia para quebrar o ciclo da ISI e migrar para um modelo autossustentado. A industrialização só seria totalmente atingida quando a acumulação de capital, assim como sua reprodução, se tornasse majoritariamente endógena. Através de investimentos diretos e outras políticas de incentivo e promoção de desenvolvimento, o governo poderia permitir o prosseguimento da acumulação brasileira.

A intervenção do Estado e, em particular, seu próprio potencial de acumulação interno, tem necessariamente de expandir-se e de preceder a nova forma de articulação com o capital internacional. Este último nunca entrou sozinho (Tavares, 1974, p.110).

1.3 Expansão das Exportações

A próxima teoria a ser apresentada, chama-se Expansão das Exportações. Assim como na ISI defendida por Furtado (1970) e Tavares (1972), a tese de que a industrialização brasileira ocorreu devido à expansão das exportações é fundamentada na ideia de que a industrialização teve início antes da década de 30. A renda concebida pelas exportações estimulava o mercado interno, principalmente as atividades complementares ao café, e parte era investida em manufaturas.

Apesar disso, as óticas se opõem quando a industrialização coordenada pela expansão das exportações estabelece “uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial” (Suzigan, 1986, p. 28). Em suma, basicamente consiste em dizer que a indústria se fortaleceu conforme o desempenho no setor de exportações: se o setor estava aquecido, a indústria possuía um bom desempenho, e vice-versa.

São quatro os principais teóricos desse pensamento: Dean (1976), Nicol (1974), Pélaez (1972) e Leff (1982). Apesar de os dois primeiros possuírem bastante prestígio, os fundamentos de Pélaez e Leff são considerados inconsistentes e, portanto, ignorados na análise.

Isso se deve ao fato de que o trabalho de Péalez é considerado apenas uma crítica à Teoria dos Choques Adversos porque se contextualiza somente em 1930, e não apresenta nenhuma alternativa a ela. Para o autor, as políticas de valorização atrasam o desenvolvimento industrial, já que distorcem as taxas relativas de retorno em prol das exportações (Suzigan, 1986).

A partir da análise da obra de Leff (1982), conclui-se que ele não acredita que a industrialização brasileira dependeu de condições econômicas externas. Os crescimentos da indústria e do setor de exportações estavam interligados, então não havia necessidade de um choque no mercado para que se desenvolvessem ainda mais. Porém, ao mesmo tempo em que nega a necessidade de estímulo externo, alega que eventos como a Primeira Guerra Mundial induziu a evolução da indústria, o que certifica que seu argumento é contraditório.

Em contrapartida, Dean (1976) e Nicol (1974) são coesos em suas contribuições, e reiteram que a origem cafeeira do país teve relação explícita com sua dinâmica industrial. Ambos sustentam a teoria de que o volume de exportação do café possuiu relação diretamente proporcional com o desenvolvimento manufatureiro do Brasil, mas divergem-se no estudo da década de 1930.

Tanto Dean quanto Nicol reconhecem que a cafeeira foi a gênese do desenvolvimento industrial por várias razões: além de promover a monetização da economia⁵ e o crescimento da renda interna, a comercialização do café viabilizou um mercado manufatureiro. Também estimulou o investimento em estradas de ferro e o investimento em infraestrutura.

Além da integração e ampliação do mercado, a promoção de infraestrutura abrange outro fator de extrema importância no fomento da indústria: se antes as ferrovias e estradas eram utilizadas para exportar o café, com a industrialização, passaram a escoar os produtos.

De acordo com Suzigan (1986), os autores concluem que a Primeira Guerra foi um obstáculo para o processo de desenvolvimento industrial que já havia começado. A diferença entre eles é que, para Nicol (1974), a relação entre o

⁵A exportação do café abastecia o país com recursos em moeda estrangeira para a importação de insumos e bens de capital para o setor industrial. Para Dean (1976), porém, o capital estrangeiro não teve significância para a indústria, enaltecendo o capital dos “burgueses imigrantes” em detrimento até mesmo do papel do Estado.

desempenho das exportações de café e o desenvolvimento industrial ocorre apenas no período anterior à década de 1930, e alega grande importância do Estado e do capital estrangeiro. Dessa maneira, Suzigan critica o posicionamento dos autores, afirmando que ambos ignoraram as mudanças propiciadas pela Primeira Guerra Mundial.

Enquanto isso, Dean (1976) sustenta que, tanto a crise do café quanto a Crise de 29, foram danosas ao crescimento industrial do Brasil, e desvaloriza o papel estatal no processo. A Primeira Guerra Mundial não estimulou sozinha a indústria, e parte do crescimento da renda adveio do aumento das exportações de manufaturados como o tecido de algodão. Além disso, a queda da taxa de câmbio em períodos de crise não favorecia a indústria porque ela é decorrente da queda da demanda interna por falta de renda e aumento no preço das importações dos insumos, o que gera retração em toda a economia.

1.4 Capitalismo Tardio

Ainda não satisfeitos, outros economistas elaboraram a terceira teoria a ser apresentada, chamada de Capitalismo Tardio. Suzigan (1986) afirma que a industrialização sob a ótica do capitalismo tardio (ou retardatário) segue uma revisão da doutrina dos choques adversos. A partir dessa teoria, os estudiosos alegam que o começo da atividade industrial no Brasil está submetido à expansão da atividade cafeeira, assim como a teoria da expansão pelas exportações. Para essa vertente, João Manuel Cardoso de Mello (1982) se destaca como o principal trabalho.

O Capitalismo Tardio afirma que o capital industrial era o prolongamento do capital cafeeiro, que em períodos de intensa acumulação se estenderia para outros setores. Contudo, diferente da Expansão das Exportações, esta teoria não considera a existência de capital industrial antes de 1880 e nega linearidade entre o avanço do capital cafeeiro e o industrial.

Como explicitado nos tópicos anteriores deste capítulo, a principal característica dos países periféricos é a dependência em relação à economia de países centrais. Porém, a perspectiva do capitalismo tardio sugere que o desenvolvimento brasileiro é um desenvolvimento capitalista, determinado inicialmente por fatores internos. A indústria é o resultado do processo de acumulação de capital no setor agroexportador, que atrela seu comportamento à procura externa.

(...) a ótica do capitalismo tardio substitui a tradicional dicotomia fatores externos versus fatores internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa. (Suzigan, 1986, p. 33)

O preço do café em alta e desvalorização da taxa de câmbio são os principais aspectos para a conjuntura da década de 1880. Para Mello (1982), tal conjuntura foi propícia para o início do processo de acumulação de capital. A economia cafeeira permitiu a acumulação de capital monetário que, concomitantemente ao contingente de mercado consumidor criado em decorrência da mão de obra livre⁶, gerou condições favoráveis para alavancar a produção manufatureira.

Divergindo do argumento da expansão das exportações, Mello (1982) alega que na ótica da evolução do capitalismo a relação entre a expansão cafeeira e o desenvolvimento da indústria nem sempre é direta.

Nos períodos de crise no setor exportador a indústria de transformação é de início negativamente afetada, mas à medida que a proteção ao mercado interno aumenta, como resultado da redução na capacidade de importar, a produção industrial se recupera, absorvendo gradualmente a capacidade de produção ociosa. (Suzigan, 1986, p. 34)

A transformação do capital monetário em industrial surgiu da necessidade de ter meios de reprodução física para a força de trabalho, e ocorreu na medida em que o excedente era utilizado fora da economia cafeeira. De acordo com Suzigan (1986), o capital industrial dependia do capital cafeeiro na importação de máquinas e na criação de mercado para os produtos manufaturados, mas a relação entre os diferentes capitais é contraditória.

Subordinada em relação à economia mundial, a economia brasileira era limitada pela comercialização do café da mesma forma que era impulsionada. Tanto Mello (1982) quanto Silva (1976) afirmavam que a produção industrial não era autônoma porque estava subordinada à acumulação internacional de capital. Tal fato se deu através da especialização na produção de bens primários de consumo, enquanto a demanda por bens de capital se dava majoritariamente nos países do

⁶As novas atividades, como o transporte ferroviário do café, empregavam mão de obra assalariada porque o número de escravos já havia diminuído, antes mesmo da assinatura da Lei Áurea (Mello (1982)). A mão de obra livre era oriunda da imigração europeia, que ocorreu em massa no final do século XIX através de uma política incentivo elaborada pelo governo brasileiro.

centro. A consequência disso foi o não desenvolvimento da indústria interna de bens de capital, atrasando ainda mais o desenvolvimento manufatureiro.

De acordo com Silva (1976), um desequilíbrio no setor externo não é abordado como na Teoria dos Choques Adversos: o desenvolvimento industrial não implica ruptura com a economia cafeeira e a subordinação do Brasil na economia mundial. Isso decorre da contradição entre o desenvolvimento da indústria e da reprodução do capital cafeeiro, mas isso não impede que os dois sistemas coexistam porque são integrados.

Em contrapartida, Mello (1982) afirma que essa subordinação brasileira na economia está determinada pela ausência de forças produtivas capitalistas em decorrência da hegemonia do capital cafeeiro. Além disso, a economia é frágil em relação ao mercado externo ao criar veículos de inversão ao capital estrangeiro, como empréstimos por exemplo.

Por fim, “a ótica do capitalismo tardio salienta que esse padrão de acumulação de capital baseado no café foi rompido pela crise do café e da Grande Depressão da década de 1930” (Suzigan, 1986, p. 36). A acumulação de capital industrial deixou de ser dependente do café por meio da implementação de políticas fiscais e monetárias expansionistas, não apenas por meio da dificuldade de importação.

A dificuldade de importação, como abordada na próxima seção, aumentou a demanda interna e estimulou a produção, teoria conhecida por Industrialização Substitutiva de Importação. Porém, a acumulação de capital ainda era dependente das exportações e de como possibilitavam a compra de maquinário. Apenas na década de 1950, com a instalação de indústria de base, foi que esse processo se tornou predominantemente endógeno (Tavares, 1974).

1.5 Políticas Governamentais

Além das teorias anteriores, Flávio Versiani e Maria Tereza Versiani (1977) abordam a ótica de industrialização promovida por políticas governamentais, tais como proteção tarifária e concessão de subsídios. Porém, só foram implementadas após a década de 1950, e nem todos os setores foram beneficiados e os incentivos nem sempre foram eficientes (Suzigan, 1986).

Ao analisarem a indústria têxtil brasileira, os autores associaram períodos de desvalorização do câmbio com o crescimento da produção, enquanto em fases de

intensificação do investimento a moeda se valorizava. Sendo assim, em momentos de crise estrangeira, a desvalorização cambial era favorável à produção nacional, mas limitava os investimentos. De maneira análoga, um aumento das exportações fortalecia a moeda brasileira e viabilizava investimentos, mas restringia o crescimento da economia em decorrência do barateamento relativo dos produtos importados.

(...) o início da industrialização surge como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior. De um lado, evidencia-se o fato de que os 'choques adversos' não teriam tido o impacto que tiveram, na ausência de fases anteriores de formação de capacidade produtiva. De outro lado, a interpretação da industrialização como um resultado direto da expansão das exportações aparece como notoriamente insuficiente e simplista (VERSIANI e VERSIANI, 1977, p. 141)

1.6 Ponto de vista teórico

Considerando todas as teorias apresentadas, a tardia consolidação do parque siderúrgico será analisada dentro da ótica dos Choques Adversos, o que justifica-se pela identificação que o movimento siderúrgico se fortalece com a industrialização substitutiva de importações após a Segunda Guerra Mundial. A produção do aço se situa na base da pirâmide industrial, e a construção de usinas foi tardia, tendo em conta que a substituição das importações de bens de consumo e intermediários teve andamento apenas no início do século XX. (Locatelli, 1976)

O modelo de substituição de importações obtém força principalmente na década de 1950, consequência da fundação da indústria de base. Tal indústria se originou no Brasil a partir da necessidade de suprir a demanda interna na produção dos primeiros bens de consumo final, e a sua solidificação e modernização nas décadas posteriores permitiram a consolidação da matriz industrial, marcada pela substituição dos bens de produção (produtores de máquinas e equipamentos).

O Governo Federal estimulou a ISI planejando a integração vertical dentro do complexo industrial, e em virtude da indisponibilidade de interesse privado para fomentar a proposta, o próprio Governo se tornou o principal articulador. A estatização da indústria siderúrgica foi essencial para o País, e o desdobramento do processo e a estratégia adotada serão abordados no próximo capítulo.

2. O DESENVOLVIMENTO DA SIDERURGIA NO BRASIL

O processo de industrialização brasileiro está intensamente relacionado com o desenvolvimento da siderurgia nacional. O Brasil entrou no século XX com um setor produtor de ferro e aço de significado prático muito reduzido. Já a partir de 1910, ganhou corpo o debate sobre o problema siderúrgico nacional em torno de alguns projetos que vinculavam a produção siderúrgica no país com os projetos então surgidos para a exportação de minério⁷ de ferro da zona ferrífera de Minas Gerais. Assim, o capítulo aborda um panorama da siderurgia, do início, expansão e até o período da privatização.

2.1 Um panorama geral da indústria siderúrgica

O aço é um dos principais materiais utilizados na indústria mundial. Além de ser o insumo para a fabricação de diversos bens de consumo, o aço não está presente apenas da indústria siderúrgica, está interligado a outros setores da economia que dependem dele para a realização de suas atividades, como a construção civil por exemplo. Dessa maneira, o aço atua como um dos principais indicadores de crescimento de uma economia.

Como o aço é agregado por outras indústrias, a indústria siderúrgica é considerada uma indústria de base. O aço fornecido é utilizado tanto como matéria-prima na produção de utensílios domésticos quanto na produção de maquinário pesado. O desenvolvimento da siderurgia é benéfico para toda a economia, e seu crescimento é observado de forma generalizada. Da mesma forma, os outros setores e fatores⁸ também influenciam na sua evolução.

A indústria brasileira possui um alto grau de inovação devido à grande disponibilidade de minério de ferro encontrado no território nacional e a estratégia adotada na instalação das usinas perto das mineradoras. A produção de aço corresponde a cerca de 4% do Produto Interno Brasileiro (PIB), e 13% da balança comercial. (Instituto do Aço Brasil, 2013) Sabendo do seu impacto, a indústria de aço está integrada com as demais e pode ser utilizada como estratégia para o desenvolvimento da economia.

Contrapondo com sua capacidade de produção, a siderurgia nacional opera

⁷ A partir do minério de ferro é obtido o ferro-gusa. O ferro-gusa é uma liga de ferro e carbono líquida, que quando refinada, origina o aço líquido. (<https://institutoacobrasil.net.br/site/processo-siderurgico/>)

⁸ A principal matéria-prima do aço é o minério de ferro. Por se tratar de uma commodity, sua comercialização é determinada pela demanda no mercado internacional. Assim, a taxa de câmbio é um exemplo de fator que interfere na indústria siderúrgica.

com ociosidade. Quase metade da capacidade instalada é inutilizada, reflexo do atual cenário econômico. A infraestrutura inadequada e instabilidade resultam em falta de investimento no setor, levando a baixa competitividade no mercado externo. Sendo assim, é comum que o próprio setor invista na construção de ferrovias e hidrelétricas para suprir o seu abastecimento, mas nem sempre é o bastante.

O aumento da participação chinesa na demanda e produção mundial de produtos siderúrgicos impactou diretamente a participação brasileira no mercado mundial de aço. Ademais, a penetração de produtos chineses no mercado brasileiro tem aumentado, acirrando, assim, a competição no mercado interno. Diante deste cenário, as siderúrgicas brasileiras deverão adotar iniciativas que as tornem mais competitivas e as tecnologias da Indústria 4.0 podem ser uma alternativa, pois proporcionam ganhos de eficiência operacional e correspondem a investimentos relativamente baixos, quando comparados ao padrão do setor siderúrgico.(Martins, 2019, p. 60)

Quando comparado a China, a parcela de participação do Brasil no mercado mundial é pequena, representando apenas 1,9% (34,7 milhões de toneladas) da produção mundial no ano de 2018. Em contraste, é o maior produtor da América Latina configurando mais da metade de toda produção. Apesar de representar pouco mais de um terço da produção dos Estados Unidos, o Brasil ocupa o nono lugar do ranking⁹ mundial dos dez maiores produtores de aço bruto, tendo como os três maiores a China, Índia¹⁰ e Japão, em ordem de importância. (World Steel, 2018)

2.2 O início da produção de aço no Brasil

O primeiro indício de atividades relacionadas à fabricação de ferro no país foi revelado por meio de um informe do Padre José de Anchieta ao rei de Portugal, em meados do século XVI, alertando-o que havia forjas¹¹ na Capitania Hereditária de São Vicente (Baer, 1970).

Entretanto, apenas no fim do século, em 1597, é comumente aceito que ocorreu o início da manufatura do ferro no Brasil. O responsável por tal marco foi Afonso Sardinha Filho, que juntamente com seu pai Afonso Sardinha, após

⁹ Ranking elaborado pelo The World Steel Association referente ao ano de 2018. Disponível em: <https://www.worldsteel.org/media-centre/press-releases/2019/Global-crude-steel-output-increases-by-4.6--in-2018.html>.

¹⁰ No período anterior, o Japão ocupava a segunda colocação.

¹¹ Local onde metais, especialmente ferro, são fundidos e moldados e se produzem objetos metálicos; frágua, fundição (Dicionário Michaelis)

encontrar minério de ferro na atual região do Morro de Ipanema, constituiu a primeira¹² forja das capitâneas perto de Sorocaba/SP.

A descoberta do ouro em Minas Gerais foi essencial para a retomada da produção de ferro no século XVIII. Após a morte de Sardinha em 1629, outros bandeirantes tentaram prosseguir com a produção, mas fracassaram. O principal motivo apontado pelos estudiosos foi a falta de incentivo por parte da Coroa Portuguesa. Devido à falta de implementos de ferro no país, os mineradores passaram “a solicitar de Portugal permissão para construir fornos de fundição” (Baer, Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro, 1970, p. 73). Para eles, era economicamente mais viável produzir tais implementos do que importar, o que acarretaria no aumento do lucro.

Temendo o início do processo de independência de sua colônia, Portugal vetou todas as tentativas de implantação de empresas. Outro anseio da Coroa era o de que a mão de obra utilizada em seus estabelecimentos fosse perdida para o novo setor. Porém, mesmo criminalizando a fabricação de aço no território colonial, inúmeras fundições foram criadas, e operavam utilizando métodos primitivos ensinados pelos escravos africanos.

Foi apenas no reinado de D. João VI que, além de permitir as instalações das oficinas de fundição, a metrópole passou a incentivar a industrialização nacional. A chegada da família real em 1808 proporcionou a expansão da siderurgia local. Projetos como a construção da fundição de Ipanema no Estado de São Paulo já estavam em andamento, mas evoluiu apenas através do apoio¹³ de D. João VI.

Enquanto a construção da fundição de Ipanema não era finalizada, a usina em funcionamento era o alto-forno do Morro do Pilar, localizada em Minas Gerais. Assim como em Ipanema, o capital do alto-forno do Morro do Pilar foi provido por fundos governamentais, o que não as impediram de enfrentar dificuldades até seu fechamento.

Inúmeros foram os motivos levantados para a inviabilidade dos projetos: localização inadequada, falta de conhecimento da atividade e subsídio aos produtos

¹² A primeira siderúrgica brasileira de acordo com a Associação Mundial de Produtores de Aço. Posteriormente, foi atribuído a Afonso Sardinha, o título de Fundador da Siderurgia Brasileira (Aço Brasil, 2013).

¹³ Além de recursos governamentais, também disponibilizou os metalurgistas Frederico Guilherme de Varnhagen e o barão Guilherme de Eschwege.

ingleses. Todos esses motivos aumentaram o custo final das mercadorias, conseqüentemente reduzindo a competitividade do mercado nacional (Barros, 1977).

Vale ressaltar que, apesar de localizada no interior do país, a Fundação do Morro do Pilar não foi bem sucedida em decorrência do declínio da mineração na região. Desse modo, as diversas fábricas que se instalaram no interior, sofreram com o mesmo déficit de matéria prima que empresas litorâneas de fácil acesso. Ademais, o custo também se elevou em consequência da desconcentração da demanda por consumo.

Desta forma, para se adequar à descentralização do mercado consumidor e conseguir se consolidar, o engenheiro francês Jean Antoine de Monlevade “em vez de um alto-forno, ele construiu algumas forjas catalãs e ensinou a seus escravos a arte de fazer o ferro” (Baer, Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro, 1970, p. 78). Ao inovar no estilo de produção, os fornos se destacaram na Região do Vale do Rio Doce porque viabilizaram ferramentas que auxiliavam outros setores da economia.

Após Monlevade, outra grande contribuição para o desenvolvimento da siderurgia brasileira foi a criação da Escola de Minas em Ouro Preto, e posteriormente a Escola Politécnica de São Paulo. Para suprir o déficit de mão de obra qualificada, as escolas visavam ao aprimoramento e especialização de metalúrgicos e geólogos, e introduziu novas técnicas estrangeiras no mercado.

2.3 Começo da expansão da indústria siderúrgica

A industrialização progrediu em outros segmentos e este surto industrial não foi observado no setor siderúrgico. A siderurgia brasileira permaneceu estagnada, e o aumento da demanda do aço passou a ser compensado pelo crescimento das importações.

Devido a isso, no início do século XX, presidentes como Afonso Pena e Nilo Peçanha conduziram políticas governamentais que tinham como objetivo desenvolver a siderurgia brasileira. Seria imprescindível o apoio de capital estrangeiro e poupança interna, e para tanto, foram concedidos incentivos aos empresários. Entre os benefícios figuravam garantias de consumo, isenções de tributos e facilidade de transporte.

Apesar de estimular o crescimento de vários setores de indústrias leves, principalmente a têxtil, a Primeira Guerra Mundial não impactou as indústrias de ferro e aço de forma significativa (Baer, 1970). Embora notório o crescimento na

produção dos altos-fornos já existentes, a produção permanecia pouco relevante e altamente dependente do mercado externo. Como podemos ver na tabela a seguir, a Primeira Guerra Mundial impulsionou a produção siderúrgica, mas não da forma que seria impulsionada nos próximos anos.

Tabela 1 - Produção de ferro e aço no Brasil (1899-1939), em toneladas

Ano	Ferro-gusa	Aço	Laminados
1899	80		
1904	1.710		
1909	2.134		
1914	2.181		
1919	10.808		
1924	25.035	4.492	5.000
1929	33.671	27.381	29.790
1934	57.784	61.673	48.699
1939	160.016	114.095	100.996

Fonte: Barros (2011), p. 211

A expansão da siderurgia no início do século XX se fundamentou unicamente por iniciativa privada, tendo Minas Gerais como o principal centro de produção. Fundada por Amaro Lanari e Cristiano Guimarães em 1917, a Companhia Siderúrgica Mineira enfrentou dificuldades¹⁴ para iniciar seu funcionamento. Entretanto, ao atrair o investimento belgo, o governador estadual Artur Bernardes promoveu a fusão da Companhia com o grupo belgo-luxemburguesa ARBED (Acieries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange), formando então a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira no ano de 1921.

Os planos de expansão desta empresa foram divididos em duas etapas. A primeira consistia em no aumento de produção da antiga Companhia Siderúrgica Mineira, e a segunda, construção de uma unidade integrada, a carvão vegetal, em João Monlevade¹⁵, Minas Gerais. (Locatelli, 1978, p. 33)

Apesar de ser displicente para com a indústria no período de guerra, novamente o Governo conferiu aos produtores de aço vários tipos de incentivos: favores fiscais, empréstimos facilitados, redução de tarifa para fretes, entre outros. A

¹⁴ “Surgiram problemas de toda ordem, quando da montagem da estrutura, seja pela inexperiência dos empreendedores, seja pela guerra que dificultava a importação de equipamentos” (Aço Brasil, 2013).

¹⁵ Antiga propriedade do engenheiro Jean Monlevade.

década de 1920 representou a criação de várias empresas ao redor do país, assim como diversificação e aprofundamento do setor (Barros, 2011).

O aumento da oferta de ferro implicou em desequilíbrio no mercado. Embora a produção fosse suficiente para suprir a demanda interna, o nível das importações do produto permaneceu alto. Isso decorreu do fato que as fundições preferiam o ferro gusa importado ao nacional, devido a sua baixa qualidade. Logo, o setor siderúrgico dependia da proteção contra as importações dos produtos similares.

Após a Primeira Guerra Mundial, as nações europeias começaram a se reerguer, por consequência, diminuíram a importação de produtos dos Estados Unidos. As indústrias norte-americanas passaram a sofrer com o excesso de estoque na economia e o resultado posterior foi a Crise de 29. (Barros, 2009)

Assim como o restante da economia, o setor siderúrgico sofreu os efeitos da Grande Depressão em 1929. Não apenas acarretando a crise interna de superprodução de café, o desequilíbrio externo também provocou uma queda na capacidade de importação dos bens. Uma série de ações¹⁶ foi tomada pelo Governo brasileiro objetivando proteger o mercado interno, mas não foi o suficiente.

Vale destacar que, no início da década de 30, o crescimento da siderurgia no país ocorreu essencialmente com as indústrias já existentes e, só no final da década foi que ocorreram novos investimentos privados. (Barros, 2009)

2.4 Aumento do investimento na Era Vargas

Durante o governo do presidente Vargas, era notória a necessidade de uma usina de aço de capacidade produtiva maior que a Belgo-Mineira, até então a maior companhia em operação. A expansão industrial após a quebra da Bolsa de Nova Iorque sobrecarregou a demanda por utensílios de aço oriunda de setores como o da construção civil e ferroviária. Nesse cenário, o problema siderúrgico passou a ser tratado como prioridade de Vargas: “O problema básico da nossa economia é o do aço. Para o Brasil a idade do ferro significará sua opulência econômica”.

Sabendo que a iniciativa privada¹⁷ não havia interesse em investir na construção das novas siderúrgicas, o governo federal buscou meios de implantar

¹⁶ Basicamente: controle e restrição de importação, elevação da taxa de câmbio e compra do excedente do café.

¹⁷ O Caso Itabira ficou conhecido após o empresário americano Percival Farquhar buscar apoio externo para construir uma empresa que não apenas produzisse aço, mas que também exportasse minério de ferro. Logo após fundar a Companhia Brasileira de Mineração, a empresa foi

uma estatal integrada de grande porte. Para dar soberania e consolidar a substituição de importações, seria necessário definir uma política específica para a siderurgia com o propósito de nacionalizar as reservas minerais do país, originando a Comissão Nacional de Siderurgia em 1940. (Aço Brasil, 2013)

Concomitantemente com a construção da usina, o governo federal propôs a criação de ferrovia e porto marítimo, e também o início da atividade mineradora. Para isso, buscou recursos financeiros de países estrangeiros e recebeu apoio dos Estados Unidos.

O presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt concedeu a tecnologia necessária, e a partir do acordo firmado com Vargas, em 1941 surge a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em contrapartida, o Brasil ficara responsável pelo abastecimento de aço aos países Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo com a ajuda americana, a CSN pertenceria ao Estado brasileiro e sua administração era responsabilidade governamental.

Houve um grande número de fatores que contribuíram para a escolha do local. Alegava-se que Volta Redonda era um local onde as matérias primas poderiam ser reunidas a um custo relativamente baixo e a partir do qual os produtos acabados poderiam ser embarcados facilmente para os dois principais mercados consumidores. (Baer, Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro, 1970, p. 103)

A Companhia Siderúrgica Nacional foi estrategicamente instalada em Volta Redonda/RJ para a contenção de custos na produção. Porém, anos depois, surgiram os questionamentos a respeito da decisão. Apesar da mão de obra ser realmente mais barata na região, os funcionários não eram qualificados, o transporte das mercadorias não era eficiente, e fez-se necessário investir na construção de uma cidade industrial pela falta de infraestrutura inicial.

Porém, a entrada do Brasil e dos Estados Unidos na Segunda Guerra acarretou na interrupção das operações de investimentos siderúrgicos, visto que ocorreu posteriormente ao acordo firmado. O país necessitava importar equipamentos, o que atrasou a inauguração não apenas da CSN, mas de diversas outras empresas formuladas na época. Apesar dos contratemplos enfrentados, Vargas ficou marcado por estimular a indústria nacional durante seu governo.

desapropriada pelo governo brasileiro. Com a indenização recebida, Farquhar e seus investidores fundaram a Companhia Aços Especiais de Itabira (ACESITA).

2.5 Período pós-guerra e privatizações

A partir de 1950, o crescimento industrial foi o foco da política econômica do país. Para isso, houve a expansão do setor siderúrgico já existente e a criação de novas usinas, tanto privadas quanto estatais. A tarifa aduaneira e o câmbio passaram a operar em taxas superiores para elevar o preço dos produtos importados em relação aos nacionais, e assim proteger o mercado interno. Esse mecanismo, além de proteger o mercado, custeava a importação de bens de capital e atraía investimento direto estrangeiro.

Simultâneo ao incentivo, investimentos em infraestrutura eram realizados com o intuito de eliminar os pontos de estrangulamentos e dar suporte à indústria. Em 1952, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES) foi o agente financeiro fundamental na continuidade do funcionamento das diversas indústrias criadas na década anterior.

O Plano do Carvão Nacional e a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) são exemplos de projetos que foram desenvolvidos para solucionar a crescente demanda energética. O Plano procurava estimular o uso do carvão em usinas termoeletricas e nos processos de mineração, enquanto a Petrobras se responsabilizava por todos os processos da indústria petrolífera.

A Petrobras implantou um centro de pesquisas em para atender às demandas tecnológicas e a siderurgia passou a consumir produtos nacionais que até então eram importados. Porém, a extração dos recursos naturais e a distribuição dos produtos aumentaram a demanda da própria indústria siderúrgica, principalmente por aços especiais¹⁸. Ainda na década de 1950, surgiram inúmeras pequenas indústrias e alto-fornos independentes em Minas Gerais.

As principais siderúrgicas inauguradas na década de 50 foram a Companhia Siderúrgica Paulista (COPISA) e a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS). Ambas partiram da iniciativa privada, mas como os recursos levantados não foram suficientes, o governo teve participação no capital através do BNDES. A COSIPA foi projetada para atender a indústria de São Paulo, e a USIMINAS se instalou na região do Vale do Rio Doce pretendendo aproveitar a

¹⁸ É uma liga de ferro-carbono com adição de outros elementos metálicos com o objetivo de melhorar a resistência do aço. O aço inox é um exemplo de aço especial.

infraestrutura¹⁹ previamente desenvolvida pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Acesita, ambas inauguradas na década anterior. (Baer, 1970)

O presidente da república Juscelino Kubitschek alavancou a indústria nacional com o Plano de Metas²⁰. Além da construção de Brasília, o mercado automobilístico foi o grande motivo do aumento da produção de aço: a frota de carros nacionais já representava 60%. Grande parte da produção era voltada para o mercado interno, e como tratado anteriormente, a indústria siderúrgica pode ser utilizada como um indicador econômico. Além de carros, o mercado de bens duráveis como eletrodomésticos também cresceu de maneira expressiva no período. (Aço Brasil, 2013)

Durante o regime militar, o Plano Siderúrgico Nacional projetava aumentar a capacidade produtiva do aço e defendia que as usinas siderúrgicas necessitavam do controle estatal para dar continuidade ao desenvolvimento do setor. Ademais, o plano procurava aumentar a produção do aço não apenas para abastecer o mercado brasileiro, mas também para exportar o excedente. Nesse período, o Brasil chegou a representar 1% da produção mundial de aço.

Os anos 70 e 80 são considerados por alguns estudiosos como o fim da “era aço”. Os anos que a antecederam foram marcados pelo crescimento da indústria siderúrgica por todo o mundo, inclusive o nível de consumo do aço foi elevado em detrimento da indústria bélica durante as grandes guerras.

Tabela 2 - Valor da Transformação Industrial (1939-185), em milhares de cruzeiros

Ano	Indústria Geral	Indústrias Extrativas	Indústrias de Transformação (Ind Transf)	Metalúrgica (Ind correntes Transf)
1939	6.641.175	163.383	6.477.792	488.562
1949	48.644.472	863.225	47.781.247	4.468.989
1959	553.918.842	12.309.669	541.609.173	63.747.452
1970	54.837.311	1.559.990	53.277.321	6.158.995
1975	314.412.675	7.519.853	306.892.822	38.781.494
1980	4.017.104.045	87.304.740	3.929.799.305	452.469.007

¹⁹ A presença da CVRD e da Acesita atraiu desenvolvimento para a região, visto que houve abertura de estradas e atraiu mão de obra. O principal meio de transporte da produção era a ferrovia Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), projetada especificamente para atender a demanda da CVRD, e ao se instalar próxima da EFVM, seria possível aproveitar o carvão e o minério transportado pela CVRD.

²⁰ Composto por 30 metas, foi o plano econômico elaborado para acelerar a economia através de modernização e industrialização.

1985	523.907	45.991	477.916	58.370
------	---------	--------	---------	--------

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

No Brasil, a década de 80 é conhecida como a “década perdida”, período no qual o país enfrentou uma crise financeira marcada pela alta inflação e aumento da dívida externa. Por consequência, o setor da construção civil²¹ por exemplo, reduziu bastante sua atividade, o que também afeta a demanda por aço. As crises do petróleo reduziram a demanda interna por aço, o que retardou a instalação de novas siderúrgicas por falta de investimento, o que resulta na queda brusca da atividade industrial (Ver Tabela 2). Devido ao excesso de estoque, o aço passou a ser exportado a um valor significativamente mais baixo. (Aço Brasil, 2013)

O controle estatal passou a ser observado como o fator limitante do mercado. O governo dificultava a reação da indústria e impedia a capitalização das empresas, resultando em uma indústria obsoleta e sem competitividade. Com isso, a privatização das indústrias estatais passou a ser apontada como solução para haver investimento tecnológico e aumento de produtividade.

As primeiras privatizações ocorreram no governo do presidente José Sarney, no ano de 1988. Inicialmente, a desestatização atingiu as empresas siderúrgicas de menor porte e, a partir de 1991 o Programa Nacional de Desestatização (PND) passou a abordar as indústrias de grande porte. A primeira siderúrgica de grande porte a ser privatizada foi a USIMINAS (1991), seguida pela CST e Acesita em 1992.

Conforme o processo de privatização e abertura econômica avançava, percebia-se o fortalecimento e o desenvolvimento da indústria do aço, como explicitado na Tabela 3. As empresas passaram a operar em busca de resultados, com isso, aproveitaram da autonomia adquirida para promover aumento de produtividade. A abertura comercial também foi benéfica para a siderurgia ao promover sua internacionalização. (Scherrer, 2006)

²¹ Durante a Ditadura Militar, o governo procurou estimular a economia do país investindo em obras estatais de grande porte. Conhecido por “Milagre Econômico”, uma das principais obras do período foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Tabela 3 - Siderurgia brasileira (1990-2001), em mil toneladas

Ano	Produção de aço	Produção de laminados	Importação	Exportação	Consumo Aparente
1990	20.567	17.071	196	8.995	8.990
1991	22.617	18.772	160	10.922	9.126
1992	23.934	19.865	178	11.787	8.432
1993	25.207	20.922	197	12.237	10.411
1994	25.747	21.370	214	11.078	12.061
1995	25.076	20.813	288	9.655	11.994
1996	25.237	20.947	378	10.257	13.033
1997	26.153	21.707	794	9.163	15.326
1998	25.760	21.381	886	8.756	14.483
1999	24.996	20.747	642	10.017	14.078
2000	27.865	23.128	930	9.599	15.760
2001	26.865	22.298	1.076	9.291	16.694

Fonte: O setor siderúrgico (BNDES 50 Anos – Histórias setoriais, 2002), p.41

Tabela 4 - Evolução da siderurgia brasileira (1990-2001)

	1990	1994	1999	2001
Faturamento (US\$ bilhões)	10,6	11,6	7,9	8,6
Exportações	3,2	3,4	2,2	2,1
Mercado interno	7,4	8,2	5,7	6,5
Importações (US\$ bilhões)	0,2	0,3	0,5	0,6
Produtividade (t/H/a)	155,0	264,0	423,0	438,0
Número de empregados (mil)	132,7	97,4	58,9	66,2
Consumo per capita (kg/hab)	59,0	87,0	96,0	97,0

Fonte: O setor siderúrgico (BNDES 50 Anos – Histórias setoriais, 2002), p. 42

Como observado na Tabela 5, antes das privatizações, o Estado era prejudicado por diversas de suas estatais: era comum que as empresas operassem no negativo. O prejuízo gerado por elas pode ser causado pelo custo em manter um grande quadro de funcionários, baixa produtividade e incentivos governamentais para dar continuidade às atividades, cenário que mudou após a venda das empresas estatais.

Os investimentos em modernização tecnológica propiciaram significativa evolução da produtividade nessa indústria, de 155 t/H/a (tonelada/homem/ano) em 1990 para 493 t/H/a em 2000, com pequena redução para 438t/H/a em 2001. Portanto, o parque siderúrgico brasileiro triplicou seu índice de produtividade no período. (O setor siderúrgico (BNDES 50 Anos – Histórias setoriais, 2002), p. 42)

3. O CASO ACESITA

A história da Acesita, atualmente nominada como Aperam South America, faz parte desse processo de industrialização e desenvolvimento da siderurgia elucidado pelos capítulos anteriores. Para compreender sua influência na economia, é importante destacar os antecedentes da sua criação, como o processo de industrialização e desenvolvimento da siderurgia. Portanto, o último capítulo aborda especificamente essa siderúrgica que tem um papel significativo no cenário nacional.

3.1 O processo de implantação

No final do século XIX, a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto incentivou a produção de ferro. Apesar da grande oferta de engenheiros e empresários preparados para a exploração das minas, a infraestrutura do Estado não favorecia a industrialização da região. O sistema de transporte e a insuficiência de energia elétrica são exemplos de obstáculos que passaram a ser o foco das políticas públicas mineiras a partir dos anos 30.

Com a Segunda Guerra Mundial, a pressão pelo desenvolvimento da atividade mineradora passar a ter âmbito mundial, e a defesa de um projeto mineral tendia para um controle estatal com o objetivo de certificar que os lucros gerados pela mineração permaneceriam no Brasil. Como parte da aproximação do Brasil aos países Aliados²², “em 1942, os Governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram o Acordo de Washington, que determinava a nacionalização das jazidas de minério de ferro da região de Itabira, em Minas Gerais” (ACESITA, 1990). Neste contexto, é criada então a Companhia Vale do Rio Doce em 1942, com capital estatal, para promover a exploração e exportação do minério de ferro.

Porém, mesmo com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a siderurgia mineira permanecia carente de apoio estatal, principalmente com a criação da CSN em Volta Redonda. Sendo assim, a partir da iniciativa privada, aliada ao capital estrangeiro e com o apoio do governo de Minas, iniciou o planejamento da construção da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita) e Companhia Siderúrgica Mannesmann, ambas focadas em aços especiais.

Em particular, a Acesita deu-se com a sociedade dos empresários Percival Farquhar, Athos Lemos Rache e Amynthas Jacques de Moraes. A formação da

²² Os países Aliados da Segunda Guerra Mundial eram Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética.

Acesita partiu de estudos realizados pela empresa norte-americana H. A. Brassert Co., que enviou técnicos para acompanhar todo o processo de instalação. Além da mão de obra, todo o maquinário foi importado, principalmente dos Estados Unidos.

Por se tratar de uma usina integrada²³, a ideia central era produzir próximo às jazidas de minério de ferro e, para a redução do ferro gusa, a proposta era utilizar carvão vegetal. Considerando a existência de minério de ferro em Itabira, as reservas florestais e o acesso ferroviário através as Estradas de Ferro Central do Brasil e Vitória-Minas, região próxima ao rio Doce e Piracicaba (hoje denominada Vale do Aço²⁴) foi legitimada para receber a instalação da Acesita.

A relação entre preço do produto e custo do traslado é mais vantajoso aos produtos finais, devido ao seu alto valor agregado. Logo, os produtos de valor mais alto podem ser transportados a distâncias maiores do que as matérias primas, sendo mais lucrativo instalar as plantas industriais junto às matérias primas (Baker, 1975). Ainda assim, para compensar o alto custo com transporte devido à distância dos principais consumidores, a estratégia seria produzir aço de alta qualidade para se destacar no mercado (Baer, 1970).

Até então, na região selecionada já havia um povoado com a denominação de Timóteo²⁵ e era pouco desenvolvido, cuja economia era baseada em agricultura familiar de subsistência. Por se tratar de uma área com baixa taxa de urbanização, antes de iniciar a atividade metalúrgica, fez-se necessário formar uma infraestrutura básica para o funcionamento da indústria e do cotidiano de seus funcionários (maioria da população).

Uma cidade particular foi planejada e construída pela Usina obedecendo aos seus interesses de empresa e inserida no regime capitalista, no qual o sistema econômico domina a estrutura social e o elemento produção torna-

²³ As usinas de aço são classificadas em integradas e semi-integradas, de acordo com seu processo produtivo. As integradas participam de todo o processo produtivo (redução, refino e laminação) e o possuem o aço como resultado final. Em contrapartida, as semi-integradas utilizam o ferro como matéria prima para que posteriormente seja transformado em aço, resumindo sua produção em apenas duas atividades (refino e laminação). <http://www.mdic.gov.br/index.php/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/478-metallurgia-e-siderurgia-2>

²⁴ A Região Metropolitana do Vale do Aço é constituída pelas cidades de Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso e pelos demais 24 municípios do colar metropolitano. A exploração econômica da região se intensificou com a fundação da empresa Belgo-Mineira em Coronel Fabriciano, mas o desenvolvimento regional se consolidou com a implantação de outras duas siderúrgicas: Acesita e Usiminas. Apesar de recente (instaurada em 1998 com a Lei Complementar nº 51), é um dos principais centros urbanos do interior de Minas Gerais. (Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, 2019)

²⁵ A fundação do povoado ocorreu por volta de 1840, e em 1938 foi anexado como distrito do município de Antônio Dias. Na próxima década, Timóteo foi anexado a outro município da região, chamado Coronel Fabriciano.

se a base da organização do espaço urbano. (Dossiê: Agência de Investigação Jornalística, 1992, p. 66)

Além do planejamento urbano, a principal obra foi a construção da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, inaugurada em 1951. Considerada a maior usina hidrelétrica de Minas Gerais, que serviu como fonte de energia não apenas para a empresa, mas também como a principal fornecedora de energia da região do Vale do Aço até a década de 1970.

Ainda que as obras não estivessem completamente finalizadas, o dia 29 de abril de 1949 é considerado o grande marco inicial na produção da usina. Enquanto a operação não era conduzida ao seu potencial máximo devido à falta de recursos, a venda do ferro gusa seria responsável por gerar faturamento a empresa. Da inauguração do primeiro alto-forno até a utilização da capacidade máxima do projeto inicial, levaram cerca de 15 anos.

Na primeira fase da Acesita, o sistema de produção era ineficiente porque todo o processo era manual. A linha de produção foi modernizada apenas na década de 80. Isso se deve ao fato de que os sócios não conseguiram alcançar o capital inicial previsto, então os equipamentos iniciais foram adquiridos majoritariamente em leilões de sucatas de guerra nos Estados Unidos. (Quecini, 2007)

Os inúmeros empréstimos tomados pelos investidores comprometeram o capital da empresa de tal forma que o Banco do Brasil se tornou acionista majoritário, com 79% do capital. A continuidade do projeto da usina expunha o cenário nacionalista: era a única empresa especializada em aços especiais e era autossuficiente em matéria prima. Sendo assim, a Acesita foi destacada como fundamental no desenvolvimento industrial com feição nacionalista, com o investimento direto do Governo Federal.

O ideal de autossuficiência não era apenas na linha de produção e nos insumos necessários, mas se fazia presente também na manutenção da produção. Em paralelo ao processo siderúrgico, criou-se também a Fundição, setor que inicialmente era responsável pela criação de peças que supriam apenas a demanda interna da fábrica, mas a partir de 1958 começou-se a vender também no mercado nacional.

Assim como a Fundição, a Forjaria não era uma área diretamente relacionada com a produção do aço, mas também fora importante no início. Este setor fabricou as ferramentas agrícolas e teve papel fundamental no

desenvolvimento da região. O faturamento com os instrumentos foi tão significativo para a usina que o setor deu origem a uma subsidiária da empresa em 1974, a Forjas Acesita S.A. A produção se diversificou e, além das enxadas e machados, posteriormente passou a produzir equipamentos mais pesados como, caminhões, tratores e outros, não apenas para o mercado nacional, mas também visando a exportação.

3.2 Expansão

Em 1952, a direção da empresa foi delegada pelo presidente do Banco Central ao General Edmundo de Macedo Soares e Silva²⁶. Entre os objetivos do nomeado, estava a expansão da empresa e a capacitação de seus funcionários, assim como a melhoria da qualidade de vida²⁷ da população visando favorecer maior desenvolvimento da região. O projeto de expansão só foi possível através de recursos oriundos de empréstimos estrangeiros

Para a expansão do volume de produção, seria necessário também investir no aumento da capacidade energética de Sá Carvalho e adquirir mais terras para cultivo de eucalipto. Com relação aos funcionários, o incentivo à formação técnica foi viabilizado através da implantação de cursos profissionalizantes e treinamento com especialistas de outras empresas. Além dos cursos, a infraestrutura foi melhorada não apenas por questões de saúde, mas também para intensificar a vida social²⁸ dos habitantes. (Ataíde, 1986)

Novos escritórios cobrindo todo Brasil também foram inaugurados, aproximando as relações comerciais da empresa. Porém, mesmo com o aumento do número de contratos, a expansão da empresa agravou sua crise econômica, impedindo-a então de ser concluída. A má gestão dos investimentos fez com que a capacidade produtiva da laminação (processo final) se tornasse maior do que a da aciaria²⁹, um dos fatores apontados como agravante do desequilíbrio das contas internas.

²⁶ Era professor de Engenharia do Exército e membro da Comissão Nacional de Siderurgia, foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, e tendo acompanhado todo o processo de implantação da indústria de base no país, foi chamado frequentemente por Vargas para emitir pareceres sobre a questão.

²⁷ Na década de 50, a Companhia enfrentou sérios problemas com a saúde de seus trabalhadores, e por isso era necessário investir em saneamento básico e tratamento de água.

²⁸ Foram criados clubes, cinema, novas casas e escolas.

²⁹ Área da usina siderúrgica em que o ferro gusa em estado líquido é transformado em aço. Não se trata de um equipamento específico, é o conjunto de diversas máquinas que operam nessa etapa do

Para dar continuidade à expansão, a forma inicial encontrada pela empresa foi conter os investimentos realizados para o desenvolvimento da cidade. Ademais, parte dos investimentos foi convertido em recursos para a própria empresa através da venda de passivos como a casa dos funcionários, que até então eram pertencentes à Acesita. O afastamento da administração da cidade por parte da empresa também acelerou o processo de emancipação da cidade de Timóteo para com Coronel Fabriciano.

Outra medida tomada em 1966 para favorecer a expansão foi solicitar um novo empréstimo ao Banco do Brasil. A conjuntura mundial era favorável para a siderurgia nacional pois o mercado norte-americano atuava com os preços elevados, viabilizando a exportação brasileira (Quecini, 2007). O novo processo de expansão foi dividido em duas etapas, sendo a primeira (2ª Expansão) apenas a finalização do primeiro projeto de expansão. Após igualar a capacidade produtiva da aciaria em relação à laminação, a 3ª Expansão tinha como objetivo novamente aumentar a capacidade de produção ao modernizar a planta, e introduzir o aço inox em seu portfólio.

O crescimento da usina ocasionou na criação de empresas subsidiárias como a Acesita Florestal. O aumento da demanda energética motivou a compra de novas áreas para promover o florestamento e reflorestamento destinados a exploração de carvão vegetal. Em 1984 a Acesita Florestal passou a ser denominada como Acesita Energética S.A. e ampliou sua área de atuação: além do mantimento das florestas de eucalipto, a empresa iniciou as pesquisas para encontrar fontes de energia alternativas ao carvão vegetal.

A primeira metade da década de 80 trouxe uma diminuição no ritmo da expansão da Acesita, bastante intenso durante a década de 70. As dificuldades econômicas do País, com uma crescente desvalorização da moeda nacional, provocaram grandes transtornos para a Companhia, presa a compromissos financeiros contraídos durante a execução do Plano de Expansão. (Acesita, 1989, p. 30)

A crise econômica que atingiu o Brasil no início da década de 80 dificultou o crescimento principalmente da siderurgia. Diversas empresas haviam recorrido ao Estado e a empréstimos estrangeiros para financiar projetos de expansão e a crise ocasionou o aumento da taxa de juros, além da queda da demanda no setor.

O diretor da época, Amaro Lanari Guatimosin (1972-1980) adotou uma administração altamente centralizada e inviabilizou articulação entre as áreas da empresa. A falta de coordenação teve como principal consequência o aumento dos custos da produção e novamente comprometeu a situação financeira.

A falta de sinal de recuperação das empresas estatais fez com que o presidente José Sarney iniciasse uma política de reestruturação econômica a partir da autonomia de cada empresa, obtida através das privatizações. A Usiminas foi a pioneira no setor metalúrgico por causa das poucas barreiras institucionais, e o plano estratégico foi bem-sucedido porque procurou viabilizar o acesso da população às ações e aumentar a credibilidade no mercado.

O prejuízo gerado pela instabilidade³⁰ gerencial enfrentada pela empresa não foi compensado pela venda dos ativos imobilizados: a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido da empresa chegou a -0,25 em 1992. O alto custo para manter o funcionamento das estatais refletia a imagem de “elefantes brancos”, e apesar da resistência³¹ dos funcionários com relação à privatização, a Acesita foi privatizada no ano de 1992.

Tabela 5 - Indicadores financeiros

	1990	1991	1992	1993	1994
Lucro líquido (US\$ milhões de dez/94)	-27,2	-135,6	-160	43,5	79
Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido	-0,10	-0,18	-0,25	0,06	0,09
Grau de endividamento (%)	62,4	39,2	41,3	38,3	30,1
Dívida/Faturamento (%)	63	59,4	57,4	52,5	43

Fonte: Pinho, 2001, p. 34.

A nova estrutura societária da empresa apresentava grande participação de grupos institucionais (bancos e fundos de pensões), e apenas 12% das ações foram adquiridas pelos funcionários da própria empresa. Wilson Brumer³² passou a empresa e seu intuito era reestruturar para que aumentasse sua lucratividade e a competitividade internacional. A reorganização da empresa partiu do corte da folha

³⁰ Após Amaro Lanari Guatimosin, a empresa teve como presidentes na década de 80: Gilberto Monteiro Pessôa (1981-1983), Francelino Pereira dos Santos (1983-1984), Oswaldo Pieruccetti (1984-1985), Maurício Hasenclever Borges (1985-1989).

³¹ Realizaram diversas greves no final da década.

³² Começou atuando na Companhia Vale do Rio Doce, onde assumiu a presidência em 1990 mas deixou o cargo em 1992. Posteriormente participou de conselhos administrativos de empresas como a Usiminas e a CST.

de pagamentos, aproximadamente 2 mil funcionários foram demitidos, e o impacto desta medida foi sentida diretamente na economia da cidade de Timóteo³³. (Quecini, 2007)

Tabela 6 - Redução do quadro de pessoal em siderúrgicas privatizadas

Empresa	1989	1992	1994	1998	1999
Acesita	8.619	5.500	5.620	3.714	3.382
Cosipa	15.819	9.856	10.258	6.983	5.700
CSN	23.455	17.000	15.043	9.829	9.343
CST	6.736	4.232	4.122	3.435	3.260
Usiminas	13.838	12.480	10.488	8.338	8.040

Fonte: Pinho, 2001, p. 26, 27, 53.

De fato, a redução da folha de pagamentos foi a medida mais impactante no período de privatização, mas não foi tão fundamental quanto a renegociação de contratos com fornecedores e a melhoria na qualidade da produção. Ademais, em conjunto com o aumento do catálogo de produtos, o novo gerenciamento da empresa proporcionou a melhoria da situação financeira da empresa, o que financiou o início da 4ª Expansão.

Além de mais uma ampliação da capacidade produtiva, tinha-se também como um dos objetivos a substituição do carvão vegetal pelo coque³⁴ importado na geração de energia no alto forno, e a qualidade dos produtos deveria se enquadrar nos padrões ISO 9000 para conquistar mercados mais exigentes.

Mesmo que a Acesita tenha procurado se desvincular da administração de Timóteo e toda a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, a empresa criou a Fundação Acesita em 1994. A instituição seria responsável por gerenciar os projetos voltados para a comunidade e abrangeriam não apenas o lado social, mas também cultural e ambiental da cidade.

O início do século XXI marcou a internacionalização da empresa com o grupo francês Usinor na participação do quadro de acionistas, e posteriormente o Arcelor. Apesar de atuarem em momentos diferentes da empresa, ambas procuraram mudar a estratégia gerencial a fim de novamente ajustar as contas financeiras.

³³ A Acesita era responsável por empregar mais de 8 mil pessoas, cerca de metade da população economicamente ativa da cidade.

³⁴ Subproduto do carvão mineral comumente utilizado no processo de separação do ferro e seu minério. (http://www.carvaomineral.com.br/interna_conteudo.php?i_subarea=15&i_area=2)

A queda do volume da dívida era a maior prioridade da gerência, e novamente a redução do quadro de funcionários foi a primeira medida tomada. Em 1998 foi implantado o Plano de Redução de Quadro Pessoal, que além da demissão de funcionários, a despesa com pessoal também foi ajustada com a reprogramação de férias, eliminação de horas extras e alteração na política de turnos.

Já os benefícios que se esperava dessa associação eram de três ordens: logística, tecnológica e gerencial, respectivamente o acesso à rede mundial de distribuição do grupo, melhoria no rendimento dos equipamentos e aprimoramento de técnicas de comercialização e marketing (Quecini, 2007, p. 199)

Manter a Acesita Energética dentre a venda de vários ativos fez com que a política ambiental de preservação da madeira reflorestada contribuísse para a conquista do ISO 14.001 em 2001, e agregou uma imagem positiva da empresa ao demonstrar a ampliação de cuidados com o meio ambiente.

Em 2002, o controle da Acesita passou para o grupo Arcelor, que permaneceu na direção de reajuste iniciada pela Usinor. Com isso, as reformas do alto forno e aciaria, expansão da capacidade produtiva e certificação ISO 14.000 são exemplos das metas da diretoria da empresa. O fim das obras proporcionou o resultado esperado e o faturamento voltou a ser positivo, e o aumento da demanda ocorreu tanto no mercado nacional quanto internacional.

A compra da Arcelor pela empresa Mittal em 2006 representou uma expansão ainda maior da internacionalização que a empresa começou no final da década anterior, guiada pela abertura de serviços comerciais em países latinos. A então Acesita passa a se chamar ArcelorMittal Inox Brasil, que no ano de 2011 se desmembrou do grupo ArcelorMittal e foi novamente renomeada para Aperam South America.

Vale destacar que o desmembramento ocorrido foi de todo o seguimento inox do grupo ArcelorMittal, não se restringindo à planta produtiva localizada em Timóteo. O setor resultou na empresa Aperam³⁵, que conta com 30 escritórios de vendas distribuídos por todo o mundo. A Aperam South America pertence ao grupo aperam e é a única fabricante de aço inox da América Latina.

Sua abertura para o mercado privado propiciou investimentos que geraram progresso tecnológico e, conseqüentemente, aumento da produtividade. Atualmente

³⁵ “O nome Aperam engloba história e herança, apontando ao mesmo tempo para o futuro. Vem do inglês “aperture”, que significa abertura, seguido das letras “AM”, iniciais da ArcelorMittal, que remetem às origens.” (<http://brasil.aperam.com/institucional/aperam/aperam-no-mundo/>)

conta com aproximadamente 2 mil funcionários, distribuídos tanto pela planta produtiva quanto nos escritórios brasileiros e mundiais. Além disso, possui capacidade de produzir 900 mil toneladas de aço líquido, dentre inoxidáveis e silícios.

A privatização representou principalmente o período de modernização da empresa, o início da produção de aços siliciosos e o fortalecimento no mercado dos aços inoxidáveis. O investimento tecnológico para aprimorar o controle dos processos produtivos alavancou a empresa no cenário mundial, e continuou imprescindível para o desenvolvimento regional.

A contribuição da siderúrgica para o desenvolvimento local é inquestionável, sua influência é tão abrangente que o município de Timóteo se tornou conhecido como “Capital do Inox”. Além de gerar emprego e renda, atrai profissionais, contribui para o surgimento de empresas prestadoras de serviços, fortalece o turismo de negócios, dentre outros ganhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta monografia foi descrever o processo de industrialização no país, com foco no setor siderúrgico e na história da Acesita. A indústria siderúrgica é imprescindível para o desenvolvimento econômico de um país, e no Brasil, o setor foi alvo de investimentos estratégicos para a sua alavancada.

Até 1930, o Brasil era um país predominantemente agroexportador, tendo o café como o produto predominante na receita de exportações. Apesar de proporcionar o início da industrialização, a dependência da economia para com o café impediu a diversificação da produção, gerando uma forte necessidade de importar os produtos para suprir a demanda interna. Com isso, o mercado interno era altamente sensível às crises que ocorriam em outros países. A Crise de 1929, por exemplo, agravou a recessão que a cafeicultura já estava enfrentando, e o Governo foi fundamental para minimizar os efeitos.

Diversas são as teorias a respeito do início da industrialização brasileira, mas pode-se afirmar que a substituição das importações em detrimento da indústria nacional ocorreu paulatinamente em diversos setores, iniciando com indústrias leves e com um menor grau de complexidade.

O início do século XX foi marcado pela expansão da siderurgia, com a criação de diversas empresas, mas a produção interna ainda era insuficiente para suprir a demanda interna. As barreiras impostas pelo setor siderúrgico só começaram a serem quebradas com a criação de estatais como a Acesita.

O Estado foi imprescindível para o desenvolvimento industrial, marcado pelo incentivo de Getúlio Vargas ao fundar indústria de base estatais. Este tipo de política desenvolvimentista permaneceu até a década de 1980, período em que a economia brasileira entrou em recessão. Com isso, a abertura comercial passa a ser o foco e a década de 90 é marcada pelo início das privatizações das estatais.

A Acesita, surgida em 1944, em meio a esse contexto, foi responsável por auxiliar o crescimento da indústria no Brasil ao expandir a oferta de aço no país. Em 75 anos de fundação, já passou por diversas fases e nomes. Sua transformação mais drástica foi a mudança do capital estatal para o investimento privado, assim como diversas outras estatais na década de 90.

Além do desenvolvimento nacional proporcionado pela empresa, os efeitos regionais também são notórios. A Acesita se instalou estrategicamente na região de

Timóteo, mesmo com baixa urbanização. Tal urbanização foi desenvolvida ao longo do tempo, de acordo com o surgimento de uma infraestrutura que desse suporte à produção da metalúrgica. A cidade de Timóteo foi beneficiada pela infraestrutura gerada para viabilizar a produção da Acesita, o que estimulou a economia local e possibilitou sua emancipação administrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACESITA. **ACESITA: Uma história feita de aço.** Belo Horizonte: Assessoria de Comunicação Social da ACESITA, 1998, 108 p.

ANDRADE, Maria Lúcia de Amarante; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. **O setor siderúrgico.** 2002, 47 p. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13314/1/BNDES%2050%20Anos%20-%20Hist%C3%B3rias%20Setoriais_O%20Setor%20Siderurgico_P.pdf. Acesso em: 31 de jul. 2019.

ATAÍDE, J. N. **ACESITA: passo a passo.** Timóteo, Minas Gerais. 1986, 230 p.

BAER, W. **Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro.** (W. P. Borges, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970, 243 p.

_____. **A Economia Brasileira.** São Paulo: Nobel. 1996.

BARROS, G. D. **O Problema Siderúrgico Nacional na Primeira República.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 2011, 245 p.

_____. **O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações.** São Paulo: Estudos Econômicos. 2014, 183 p.

_____. **Dimensionando o Problema Siderúrgico Nacional: A Demanda por Produtos Siderúrgicos no Brasil (1901-1940).** São Paulo: Revista de História. 2017.

BARROS, H. Q. **Localização de siderúrgicas na região de Minas Gerais.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 1977, 94 p.

BISPO, R. D. **Perspectiva da produtividade e determinantes do crescimento na economia brasileira: uma análise histórica e estrutural.** Brasília. 2016.

CINGUNEGUI, J. E.; LOCATELLI, R. L. **O setor siderúrgico do Estado de Minas Gerais: Aspectos do comportamento, perspectivas e análise de seu impacto no desenvolvimento regional.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1979.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo.** São Paulo: Difel. 1976.

DOSSIÊ: Agência de Investigação Jornalística. **Acesita Timóteo: a história de uma cidade.** Timóteo: Dossiê: Agência de Investigação Jornalística. 1992, 88 p.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2005.

GOMES, F. M. **História da Siderurgia no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 1983. 409 p.

LEFF, N. H. **Inderdevelopment and development in Brazil**. Londres: George Allen & Unwin. 1982.

LOCATELLI, R. L. **Siderurgia e Desenvolvimento Econômico Regional: Um Estudo de Caso**. Brasília: Universidade de Brasília. 1978. 141 p.

MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. Brasília: Editora Brasiliense. 1982, 182 p.

NEVES, O. R.; CAMISASCA, M. M. **Aço Brasil: Uma Viagem pela Indústria do Aço**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias. 2013.

NICOL, R. N. **A agricultura e a industrialização no Brasil (1850/1930)**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1974.

PEALEZ, C. **O Desenvolvimento da Indústria de Aço no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia. 1970.

_____. **História da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: ANPEC. 1972.

PINHO, Marcelo Silva. **Reestruturação produtiva e inserção internacional da siderurgia brasileira**. 2001. 212 p. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285609>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

QUECINI, V. M. **Timóteo: O legado urbano de um projeto industrial**. São Paulo. 2007, 317 p.

QUEIROZ, S. R. **Siderurgia no Brasil: o desenvolvimento do setor de aços especiais**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1987, 179 p.

SCHERRER, C. M. **A indústria siderúrgica brasileira: um estudo de caso econométrico**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande no Sul. 2006, 88 p.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega. 1976, 120 p.

SOUZA, M. d. (2015). **A FIEMG, a crise do desenvolvimentismo e o neoliberalismo (1985-1994): um olhar "para fora", outro "para dentro"**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986, 403 p.

TAVARES, M. D. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.

VERSIANI, F. R. **Formação econômica do Brasil:** a experiência da industrialização. São Paulo: Editora Saraiva. 1978.

VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. **Formação Econômica do Brasil:** a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978, 410 p.